

REQUERIMENTO DE CONVITE Nº, DE 2024

Solicita que seja convidado o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de realizar uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, bem como oferecer explicações sobre a sua atuação política e possíveis conflitos de interesse.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 117, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto Campos Neto, para prestar informações a esta Comissão, a fim de realizar uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, bem como oferecer explicações sobre a sua atuação política e possíveis conflitos de interesse.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), prevê em seu artigo 9º, § 5º, que semestralmente – mais especificamente até 90 dias após o final de cada semestre – o Banco Central deve comparecer às comissões pertinentes do Congresso Nacional para fazer uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Dentre as atribuições da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados estão a de debater sobre sistema financeiro nacional e entidades a ele vinculadas, conforme inciso X do Art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Não há dúvidas, portanto, que se trata de uma comissão temática pertinente para a qual o Banco Central precisa expor tal avaliação. Já se passaram quase 180 dias após o término do 2º semestre de 2023, ou seja, o dobro do previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e Roberto Campos Neto não compareceu às comissões do Congresso para realização dessa avaliação.



Durante a tramitação da matéria que resultou no LC 179/2021 que versou sobre a autonomia do Banco Central, foi argumentado que tal expediente reduziria os custos para a convergência dos preços às metas de inflação. No entanto, há que se frisar o fracasso do atual presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, em cumprir com os seus deveres institucionais. Nos exercícios de 2021 e 2022, o fracasso do BCB é cristalino, uma vez que o teto da meta de inflação foi descumprido por dois anos consecutivos.

Atualmente, o Banco Central do Brasil mais uma vez prova que a lei de autonomia do órgão foi inócua na redução dos custos das convergências às metas de inflação, isto porque atualmente a taxa Selic de 10,5% resulta na 2ª maior taxa de juros real do mundo, acima de países como a Rússia que está em guerra e sob forte embargo dos países ocidentais. Além disto, outros países periféricos como Hungria, Colômbia, Turquia e África do Sul também praticam taxas de juros abaixo das praticadas pelo senhor Roberto Campos Neto.

Uma questão relevante é que o **Banco Central está utilizando a política monetária para reduzir os níveis de emprego e renda da sociedade brasileira**. Isto porque **segundo o próprio BCB** em seu relatório trimestral de inflação, a **taxa de juro real neutra da economia é de 4,5%**. Ou seja, qualquer Selic acima de 8,46% ao ano possui efeitos contracionistas na economia brasileira, elevando o desemprego e reduzindo a renda da população brasileira, segundo o próprio Banco Central.

Nesse sentido, **a manutenção dos juros em 10,5% ao ano, acima da taxa de juros real neutra, custará aos cofres públicos R\$ 102 bilhões**, posto que o Banco Central estima o impacto de **cada ponto percentual da Selic em R\$ 50,1 bilhões na Dívida Líquida do Setor Público**.

Ainda sobre a questão fiscal, cabe destacar o descolamento da realidade mundial por parte do Banco Central e dos agentes do mercado, uma vez que o esforço fiscal brasileiro em 2024 será um dos maiores do mundo, segundo dados do insuspeito Fundo Monetário Internacional. As projeções fiscais para 2024 do FMI mostram uma melhora substancial das contas públicas e um resultado fiscal acima da maioria dos países do mundo.

Além disso, Roberto Campos Neto, **expressou interesse em se envolver futuramente na política**, indicando que aceitaria ser Ministro da Fazenda se o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, decidisse concorrer à Presidência. Campos Neto, que planeja deixar o BC no final do ano e seguirá com uma quarentena de seis meses, tem discutido seu futuro pós-BC, incluindo a possibilidade de abrir um banco blockchain no Brasil ou montar um fundo em



parceria com instituições financeiras dos EUA. Sua relação próxima com o setor financeiro e suas aspirações políticas podem levantar **preocupações sobre conflitos de interesse**, especialmente dada sua visão de **Estado mínimo que favoreça a iniciativa privada**, conforme expresso em uma homenagem recebida na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Os **conflitos de interesse** do Banco Central são tão explícitos que o subprocurador-geral Lucas Furtado do Ministério Público do Tribunal de Contas da União entrou com uma representação para que a corte apure a influência de bancos e instituições financeiras na definição de índices por parte do Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central. É importante salientar a acomodação técnica da pesquisa Focus, uma vez que não apresentou evolução relevante ao longo dos últimos anos, e baixa representatividade e qualidade, divulgado pelo Banco Central. Ao contrário dos bancos centrais de referência do mundo, como o Federal Reserve que coleta informações também de importantes formadores de preços da economia real e acadêmicos relevantes, o **BCB se restringe a indagar as projeções do mercado, interessados diretos no resultado** das decisões da autoridade monetária.

Deputado MERLONG SOLANO

PT/PI





Requerimento de Audiência Pública **(Do Sr. Merlong Solano)**

Solicita que seja convidado o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de realizar uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, bem como oferecer explicações sobre a sua atuação política e possíveis conflitos de interesse.

Assinaram eletronicamente o documento CD249025312700, nesta ordem:

- 1 Dep. Merlong Solano (PT/PI) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Gleisi Hoffmann (PT/PR)
- 3 Dep. Paulo Guedes (PT/MG)
- 4 Dep. Florentino Neto (PT/PI)
- 5 Dep. Nilto Tatto (PT/SP)
- 6 Dep. Lindbergh Farias (PT/RJ)
- 7 Dep. Flávio Nogueira (PT/PI)
- 8 Dep. Joseildo Ramos (PT/BA)
- 9 Dep. Camila Jara (PT/MS)
- 10 Dep. Juliana Cardoso (PT/SP)

